

EDITAL N.º I/82051/15/CMP

Fernando Paulo Ribeiro de Sousa, Diretor Municipal da Presidência, torna público, ao abrigo da competência delegada nos termos do n.º 18, do Ponto I da Ordem de Serviço n.º I/158492/14/CMP, que, em reunião do Executivo Municipal de 5 de maio de 2015, a Câmara Municipal do Porto, nos termos do disposto no artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo, deliberou submeter a apreciação pública, pelo período de 30 dias:

- as alterações ao Código Regulamentar do Município do Porto, que constam do Anexo I à referida deliberação;
- as alterações ao Regulamento da Feira da Vandoma, que constam do Anexo II à referida deliberação;
- as alterações ao Regulamento da Feira dos Passarinhos, que constam do Anexo III à referida deliberação.

Para constar e produzir os efeitos legais se publica o presente edital, que vai ser afixado nos locais do costume.

Porto, Paços do Município, 6 de maio de 2015.

O Diretor Municipal da Presidência



Fernando Paulo Sousa

ANEXO I

Alteração ao Código Regulamentar do Município do Porto

Nota Justificativa

O Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro aprovou um novo regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), e prevê a necessária regulamentação municipal do comércio a retalho não sedentário na área do município.

Assim, é intenção do Município alterar as normas regulamentares genericamente aplicáveis às feiras municipais, bem como as normas aplicáveis à Feira dos Passarinhos e Feira da Vandoma, pelo que apresentou as respetivas propostas de regulamento.

Considerando as alterações aí introduzidas e por forma a harmonizar todas normas aplicáveis, procede-se à alteração dos seguintes artigos do Código Regulamentar do Município do Porto.

Artigo 1.º

Alteração

São alterados os seguintes artigos do Código Regulamentar do Município do Porto nos seguintes termos:

Artigo D-4/8.º

Extinção das licenças

(...)

g) No caso de não pagamento das taxas devidas no prazo definido para o efeito.

Artigo D-4/12.º

Atribuição do espaço de venda em feiras realizadas em recintos públicos

(...)

4 – O direito de utilização do espaço público torna-se eficaz com a emissão do título de concessão do direito de utilização do espaço público e o pagamento das respetivas taxas.

(...)

8 – Sem prejuízo das situações excecionais previstas em regulamento próprio a taxa devida pela ocupação de espaço nas feiras deve ser paga trimestralmente, até ao penúltimo dia útil do trimestre imediatamente anterior a que diga respeito.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente alteração entra em vigor no dia seguinte à sua publicação nos termos legais.

ANEXO II

REGULAMENTO MUNICIPAL DA FEIRA DA VANDOMA

Nota Justificativa

O Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro aprovou um novo regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), e prevê a necessária regulamentação municipal do comércio a retalho não sedentário na área do município.

Ponderadas as normas existentes para a Feira da Vandoma verificou-se a necessidade de retificar situações potenciais de alteração de ordem e tranquilidade pública, de promover boas práticas comerciais e eliminar outras contrárias à legislação em vigor e, sobretudo, de encontrar espaços adequados e convidativos para o seu exercício.

Assim, as alterações aqui consagradas resultam da ponderação dos diferentes interesses em presença, tanto dos feirantes como dos moradores da zona das Fontainhas, os quais se vinham mostrando afetados pelo ruído provocado e pelas ocupações abusivas do espaço público.

Procurou-se assim encontrar uma zona geográfica que, não deixando de garantir os interesses dos feirantes, não colocará em causa o direito à tranquilidade dos moradores.

As presentes normas pretendem ainda possibilitar a abertura desta feira a novos agentes que vêm manifestando a sua intenção junto do município.

Por último pretende-se ainda criar as condições para o cumprimento do objetivo legalmente preconizado de rotatividade de forma a garantir mecanismos de concorrência e transparência na atribuição dos lugares.

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. A Feira da Vandoma, adiante designada por Feira, é o evento organizado pela autarquia que congrega periodicamente no mesmo recinto vários agentes de comércio a retalho, e que tem em vista preservar e promover, disciplinando, um evento de cariz popular que há muito se realiza no concelho do Porto.
2. O presente Regulamento Municipal disciplina o funcionamento da Feira, estabelecendo as condições específicas deste evento, nos termos do disposto na Parte D – Título IV – Feiras e Mercados do Código Regulamentar do Município do Porto e em cumprimento do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

Artigo 2.º

Objeto

A Feira, de caráter temático, destina-se exclusivamente à venda de objetos usados, designadamente roupas, louças, mobiliário e artigos decorativos, discos, livros, aparelhos elétricos e/ou eletrónicos, utensílios domésticos e de trabalho (ferramentas).

Artigo 3.º

Localização

1. A Feira realiza-se na Alameda de Cartes, conforme planta anexa.
2. O Município pode, em qualquer altura, proceder à sua transferência, temporária ou definitiva, para outro local.

Artigo 4.º

Periodicidade e horário de funcionamento

1. A Feira realiza-se, semanalmente, ao sábado, com horário de funcionamento das 8h00 às 13h00.
2. O Município pode fixar outro dia e horário para a realização da Feira se motivos excecionais o justificarem.

Artigo 5.º

Período de cargas e descargas

1. O período de descarga e montagem dos equipamentos destinados à instalação da Feira, efetua-se nas duas horas antecedentes à sua abertura.
2. O período de cargas e levantamento da Feira realiza-se na hora posterior ao encerramento da Feira, não podendo os ocupantes manter no recinto para além do período referido quaisquer utensílios ou artigos.

Artigo 6.º

Normas de funcionamento específicas

1. Os ocupantes da Feira podem ser de carácter permanente ou ocasional.
2. São ocupantes permanentes aqueles a quem tiver sido adjudicado um lugar na Feira devidamente numerado e delimitado.
3. São ocupantes ocasionais, aqueles a quem não está adjudicado qualquer lugar, mas que durante o dia de realização da Feira procedam à ocupação de um lugar não numerado nem identificado, situado no topo norte da Alameda de Cartes, conforme delimitação na planta anexa.
4. O Município pode alterar a distribuição dos lugares da Feira e introduzir as modificações que entenda por necessárias à sua melhor organização e funcionamento.
5. Será dada aos ocupantes, a possibilidade de ocupar um lugar que se encontre vago, em substituição do que lhe foi atribuído, desde que, manifestem esse interesse, mediante requerimento, sendo, para efeitos de atribuição adotada a ordem cronológica de registo dos pedidos.

Artigo 7.º

Atribuição dos espaços de venda

1. Os lugares novos ou deixados vagos da Feira, serão atribuídos mediante sorteio, por ato público, o qual obedece às regras definidas no número seguinte.
2. Da publicitação do sorteio devem constar os seguintes elementos:

- a) Dia, hora e local da realização do sorteio;
- b) Prazo de candidatura;
- c) Condições e requisitos de admissão;
- d) Critérios de atribuição de espaços de venda;
- e) Identificação dos espaços de venda e respetiva dimensão;
- f) Período pelo qual os espaços serão atribuídos;
- g) O montante da taxa a pagar pelos espaços de venda;
- h) Periodicidade do pagamento da taxa;
- i) Composição do júri;
- j) Contactos, designadamente, endereços, números de telefone, fax, horários de funcionamento dos serviços;
- k) Outras informações consideradas úteis.

Artigo 8.º

Da ocupação

1. As ocupações serão atribuídas por um período de dois anos findo o qual será despoletado novo procedimento de atribuição de espaços de venda, nos termos definidos no artigo anterior.
2. A ocupação dos espaços será pessoal, a título precário, limitada ao prazo referido no número anterior, e condicionada aos termos do presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares em vigor.
3. Não é permitida a cedência do espaço a terceiros, exceto no caso de transmissão por morte, nos termos do artigo D-4/26.º do Código Regulamentar do Município do Porto e pelo período ainda em falta para perfazer os dois anos referidos no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 9.º

Lugares/taxas

1. A cada ocupante não pode ser atribuído por regra, mais do que um lugar podendo, excecionalmente, caso não existam candidatos em número suficiente, ser adjudicado mais do que um lugar ao mesmo ocupante.
2. A ocupação de espaço na Feira implica o pagamento de uma taxa, nos termos do disposto na Parte G – Taxas e Outras Receitas Municipais do Código Regulamentar do Município do Porto.
3. A taxa devida pela ocupação de espaço na Feira deve ser paga trimestralmente, até ao penúltimo dia útil do trimestre imediatamente anterior a que diga respeito.
4. O não pagamento das taxas no prazo estipulado implica a extinção da licença e a consequente utilização do local de venda.

Artigo 10.º

Atividades, produtos e artigos de venda proibida

1. É vedada a entrada no espaço destinado à Feira de produtos que não se enquadrem no âmbito do descrito no artigo 2.º, sob pena de serem apreendidos.
2. É ainda proibida na Feira da Vandoma:
 - a) a atividade de comércio a retalho não sedentário exercida por vendedores ambulantes, assim como na área envolvente ao recinto da Feira, num raio de 100 metros.
 - b) a prestação de serviços de restauração e de bebidas com caráter não sedentário,
 - c) a comercialização de animais;
 - d) os produtos elencados no n.º 2, do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.
3. Os ocupantes são responsáveis perante as autoridades administrativas, ou policiais, pela proveniência dos objetos expostos para a venda.

Artigo 11.º

Direitos e obrigações dos ocupantes

1. Constituem obrigações dos ocupantes:
 - a) ser portador no local de venda da respetiva licença emitida pelo Município;
 - b) apresentar o pano de identificação do lugar, fornecido pelo Município, após liquidação da taxa;
 - c) registar no município todos os colaboradores que o auxiliem na sua atividade.
2. Constituem direitos e obrigações dos ocupantes os previstos no Código Regulamentar do Município do Porto.

Artigo 12.º

Suspensão da realização da Feira

1. O Município pode, em qualquer altura, proceder à suspensão temporária, ou definitiva, da realização da Feira, por motivo de execução de obras, de realização de trabalhos de conservação de recinto ou demais razões de ordem pública.
2. A suspensão temporária da realização da Feira será comunicada aos ocupantes não sendo cobrada a taxa referente à ocupação no período de suspensão em causa.

Artigo 13.º

Aplicação subsidiária

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Regulamento e no Código Regulamentar do Município do Porto é aplicável a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Código de Procedimento Administrativo, o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro e demais legislação aplicável.

Artigo 14.º

Período transitório

1. É estabelecido um período transitório até ao final do ano de 2016 para os atuais ocupantes da Feira que lhes permitirá manter a ocupação em causa.
2. Os ocupantes da Feira referidos no número anterior do presente artigo ficam obrigados ao cumprimento das regras estabelecidas no presente regulamento relativas ao funcionamento da Feira e demais obrigações.

3. A atribuição de novos lugares será efetuada nos termos definidos no presente Regulamento.

Artigo 15.º

Norma revogatória

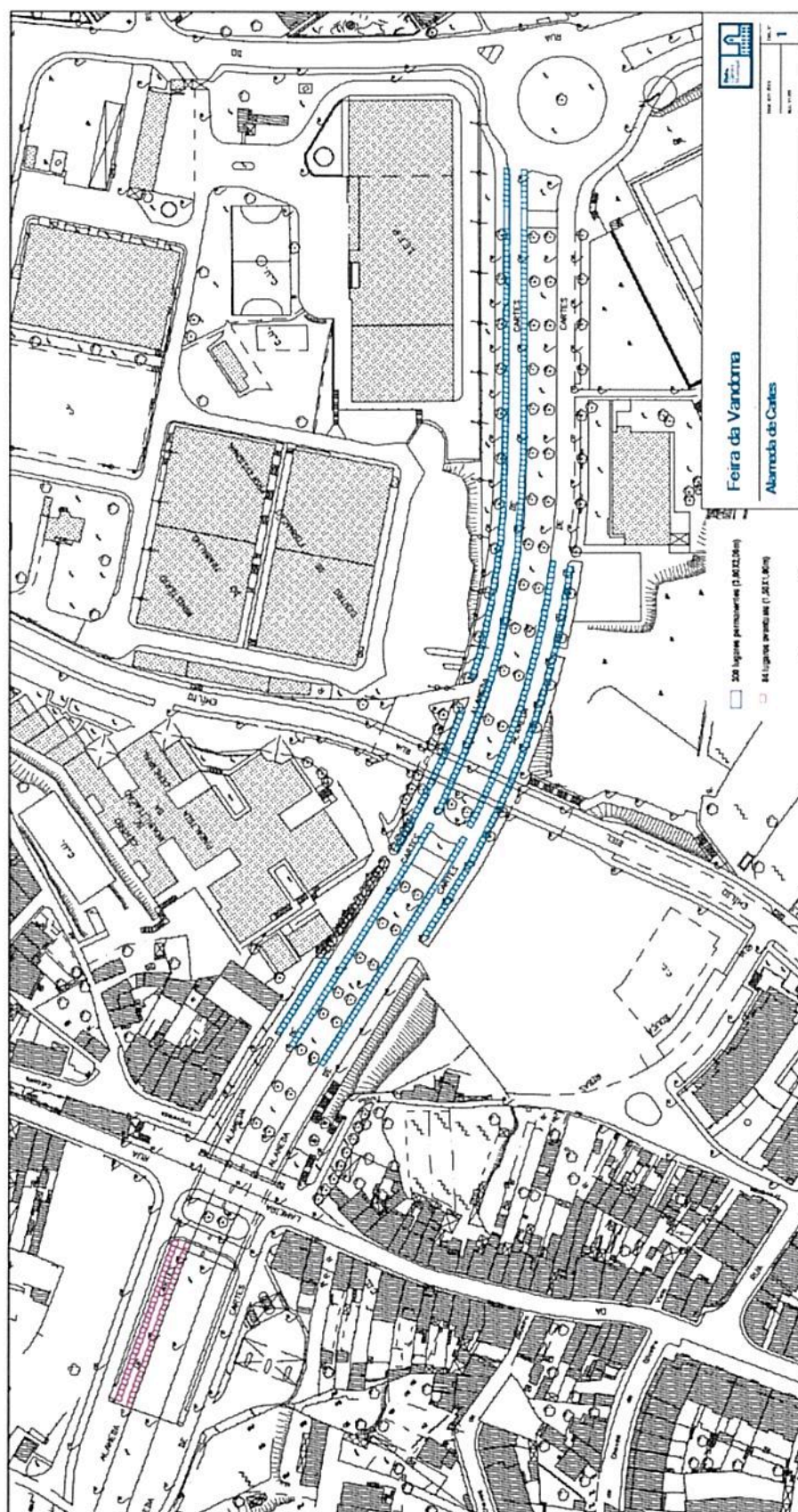
É revogado o Regulamento da Feira da Vandoma aprovado em reunião de Câmara Municipal de 12-06-2006 e Assembleia Municipal de 17-07-2006 e publicado através do Edital n.º 67/06.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte a sua publicação nos termos legais.

Planta
(referida no artigo 3.º)



ANEXO III

REGULAMENTO MUNICIPAL DA FEIRA DOS PASSARINHOS

Nota Justificativa

O Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro aprovou um novo regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), e prevê a necessária regulamentação municipal do comércio a retalho não sedentário na área do município.

Ponderadas as normas existentes para a Feira dos Passarinhos verificou-se a necessidade de promover boas práticas comerciais e eliminar outras contrárias à legislação em vigor e, sobretudo, de encontrar espaços adequados e convidativos para o seu exercício.

Pretende-se criar as condições para o cumprimento do objetivo legalmente preconizado de rotatividade de forma a garantir mecanismos de concorrência e transparência na atribuição dos lugares.

As presentes normas pretendem ainda possibilitar a abertura desta feira a novos agentes que vêm manifestando a sua intenção junto do município.

Por último, as alterações aqui consagradas visam ainda garantir de forma mais eficaz o bem-estar animal, transferindo a feira para um local com condições ambientais mais adequadas para o efeito.

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. A Feira dos Passarinhos, a seguir designada por Feira, é o evento organizado pela autarquia que visa a salvaguarda e promoção de um evento de cariz popular que há muito se realiza no concelho do Porto.

2. O presente Regulamento Municipal disciplina o funcionamento da Feira, estabelecendo as condições específicas deste evento, nos termos do disposto na Parte D – Título IV – Feiras e Mercados do Código Regulamentar do Município do Porto e em cumprimento do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

Artigo 2.º

Objeto

- 1 - A Feira, de carácter temático, destina-se exclusivamente à venda de aves, enquanto animais de companhia, conforme definido no Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro na sua atual redação.
- 2 – Só é permitido o acesso à Feira de aves marcadas individualmente, seja por anilha fechada ou microchip.
3. É ainda permitida, a comercialização de gaiolas, comedouros, bebedouros, poleiros, alimentação e demais artigos necessários para o alojamento, manutenção e criação de aves.

Artigo 3.º

Do acesso

Apenas serão permitidos os ocupantes que cumpram pelo menos um dos seguintes requisitos:

- a) ser membro de clube ornitológico legalmente constituído;
- b) estar registado como criador ou viveirista no Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas;
- c) estar registado como operador comercial na Direção Geral de Alimentação e Veterinária
- d) ser agente económico com estabelecimento de comércio de animais de companhia, devidamente legalizado.

Artigo 4.º

Localização

1. A Feira realiza-se no Passeio das Fontainhas, conforme planta anexa
2. O Município pode, proceder à sua transferência, temporária ou definitiva, para outro local.

Artigo 5.º

Periodicidade e horário de funcionamento

1. A Feira realiza-se, semanalmente, ao domingo, com horário de funcionamento das 7h00 às 13h00.
2. O Município pode fixar outro dia e horário para a realização da Feira se motivos excecionais o justificarem.

Artigo 6.º

Período de cargas e descargas

1. O período de descarga e montagem dos equipamentos destinados à instalação da Feira efetua-se nas duas horas antecedentes à sua abertura.
2. O período de cargas e levantamento da Feira realiza-se na hora posterior ao encerramento da mesma, não podendo os ocupantes manter no recinto para além do período referido os equipamentos ou quaisquer artigos.

Artigo 7.º

Normas de funcionamento específicas

1. Os ocupantes da Feira podem ser de carácter permanente ou ocasional.
2. São ocupantes permanentes aqueles a quem tiver sido adjudicado um lugar na Feira devidamente numerado e delimitado.
3. São ocupantes ocasionais, aqueles que requeiram até à segunda-feira anterior à realização da Feira, a utilização temporária de lugares, numerados, delimitados e identificados na planta anexa, dando-se preferência a criadores inscritos em clube ornitológico.
4. Aos ocupantes ocasionais, não podem ser atribuídos lugares mais de duas semanas consecutivas, e durante o ano, mais de onze semanas interpoladas.
5. A atribuição a título ocasional, mencionada nos números anteriores, será realizada mediante requerimento, adotando-se a ordem de receção dos pedidos e sujeito ao pagamento prévio da respetiva taxa.
6. O Município pode, alterar a distribuição dos lugares da Feira, e introduzir as modificações que entenda por necessária à sua melhor organização e funcionamento.
7. Será dada aos ocupantes, a possibilidade de ocupar um lugar que se encontre vago, em substituição do que lhe foi atribuído, desde que, manifestem esse interesse, mediante requerimento, sendo, para efeitos de atribuição adotada a ordem cronológica de registo dos pedidos.

Artigo 8.º

Atribuição dos espaços de venda

1. Os lugares novos ou deixados vagos da Feira, serão atribuídos mediante sorteio, por ato público, o qual obedece às regras definidas no número seguinte.

2. Da publicitação do sorteio devem constar os seguintes elementos:

- a) Dia, hora e local da realização do sorteio;
- b) Prazo de candidatura;
- c) Condições e requisitos de admissão;
- d) Critérios de atribuição de espaços de venda;
- e) Identificação dos espaços de venda e respetiva dimensão;
- f) Período pelo qual os espaços serão atribuídos;
- g) O montante da taxa a pagar pelos espaços de venda;
- h) Periodicidade do pagamento da taxa;
- i) Composição do júri;
- j) Contactos, designadamente, endereços, números de telefone, fax, horários de funcionamento dos serviços;
- k) Outras informações consideradas úteis.

Artigo 9.º

Da ocupação

1. As ocupações serão atribuídas por um período de dois anos, findo o qual será despoletado novo procedimento de atribuição de espaços de venda, nos termos definidos no artigo anterior.

2. A ocupação dos espaços será pessoal, a título precário, limitada ao período referido no nº 1 e condicionada aos termos do presente Regulamento e demais disposições regulamentares e legais em vigor.

3. Não é permitida a cedência do espaço a terceiros, exceto no caso de transmissão por morte, nos termos do artigo D-4/26.º do Código Regulamentar do Município do Porto, e pelo período ainda em falta para perfazer os 2 anos referidos no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 10.º

Bem-estar animal

1. As aves devem ser apresentadas na Feira em perfeitas condições sanitárias, alojadas em boas condições de espaço, providos de alimentadores e bebedouros em número suficiente, não sujeitas a agressões climáticas, como exposição prolongada ao sol, à chuva ou ao

vento, nem colocadas em gaiolas ao nível do chão, devendo ainda cumprir todas as normas legais, nacionais e comunitárias relativas ao bem-estar animal.

2. As aves não podem ter os membros atados.

3. As aves apresentadas para venda na Feira devem estar separadas por espécies, e identificadas com os nomes pelos quais são vulgarmente conhecidas.

4. Sempre que o município determinar podem ser realizadas vistorias por parte do Médico Veterinário Municipal.

5. Quando solicitado, os ocupantes devem apresentar atestado higio-sanitário passado pelo médico veterinário assistente relativo a doenças infectocontagiosas e/ou zoonóticas, como por exemplo Doença de Newcastle, Salmonelose ou Gripe Aviária ou outra doença determinada pelo médico veterinário municipal.

Artigo 11.º

Condições específicas de acomodação

1. As dimensões das gaiolas devem permitir que as aves se possam virar, deitar, levantar e bater as asas sem entrave;

2. As gaiolas devem estar equipadas de poleiros cujo diâmetro esteja adaptado às espécies.

3. Os comedouros e os bebedouros devem ser colocados de forma a não serem sujos pelos excrementos.

4. As aves devem ter a possibilidade de tomar banhos de areia ou de água consoante as suas necessidades, devendo, para isso, ter à sua disposição recipientes adequados, com areia ou água.

5. As gaiolas devem estar concebidas de modo a evitar o acesso do público por todos os lados, com vista a permitir o necessário refúgio das aves.

6. Para além das condições acima referidas, as gaiolas para pássaros cantores e pombos devem ser pelo menos quatro vezes mais compridas e duas vezes mais altas que o comprimento total da ave e, pelo menos, uma vez e meia mais largas que a medida da envergadura, sendo que, em caso de alojamento em casais ou em grupo, a largura das gaiolas deve ser de, pelo menos, o dobro da envergadura da ave.

7. Nas gaiolas onde se faça o alojamento de aves em grupo é necessário instalar vários poleiros (mínimo de três) em diferentes alturas e de tal forma que os animais sejam pouco incomodados no seu voo e que possam utilizar de forma adequada o espaço que têm à sua disposição.

8. A taxa de ocupação tem de ser prevista de forma que os animais não se incomodem uns aos outros nos seus movimentos.

9. Os pequenos pássaros exóticos devem dispor, cada um, de pelo menos duas vezes o espaço que ocupam sobre os poleiros, tendo em conta a sua envergadura individual.
10. Para outros pássaros, o número de espécimes na gaiola não pode ser superior ao número de poleiros existentes na gaiola.
11. O ambiente a fornecer a psitacídeos deverá ainda obedecer às seguintes condições:
- a) os espécimes deste grupo de aves não devem ser alojados isoladamente, a não ser na impossibilidade de se fazerem alojamentos em pares ou grupos, caso em que a atenção dos tratadores ou detentores para com estes animais terá de ser fortemente incrementada;
 - b) estes animais precisam de banhar-se frequentemente, pelo que o local de alojamento tem de conter um recipiente com água devidamente limpa, para esse efeito;
 - c) a alimentação a fornecer a estes animais tem de ser o mais diversificada possível para melhorar o seu estado nutricional e estimular as suas atividades exploratórias, razão pela qual se deverá complementar a sua base alimentar, nomeadamente com frutos e vegetais;
 - d) no alojamento destes animais, devem ser colocados objetos com substrato de madeira, nomeadamente ramos, troncos, poleiros, vegetação e outros objetos de diversão, tais como bolas, em material inócuo para os animais.
12. As dimensões para o alojamento de aves devem obedecer às dimensões mínimas previstas na tabela anexa ao presente regulamento.

Artigo 12.º

Lugares/taxas

1. A cada ocupante não pode ser atribuído por regra, mais do que um lugar.
2. Excecionalmente, caso não existam candidatos em número suficiente, pode ser adjudicado mais do que um lugar ao mesmo ocupante.
3. A ocupação de espaço na Feira implica o pagamento de taxa, nos termos do disposto na Parte G – Taxas e Outras Receitas Municipais do Código Regulamentar do Município do Porto.
4. A taxa devida pela ocupação de espaço na Feira deve ser paga trimestralmente, até ao penúltimo dia útil do trimestre imediatamente anterior a que diga respeito, com exceção do disposto no n.º 5 do artigo 7.º relativa à ocupação a título ocasional.
5. O não pagamento das taxas no prazo estipulado implica a extinção da licença e a consequente utilização do local de venda.

Artigo 13.º

Atividades, produtos e artigos de venda proibida

1. Dentro do recinto da Feira é expressamente proibido a detenção e venda de espécies exóticas abrangidas por Lei, Convenção ou Tratado Internacional, bem como o comércio de aves com interesse pecuário.
2. É ainda proibida na Feira dos Passarinhos:
 - a) a comercialização de medicamentos de uso veterinário e de produtos de uso veterinário;
 - b) a comercialização de qualquer equipamento suscetível de ser utilizado na captura de fauna selvagem, designadamente redes, armadilhas, visgo, outros tipos de engodo ou de equipamento que sirva para a sua construção;
 - c) a atividade de comércio a retalho não sedentário exercida por vendedores ambulantes;
 - d) a prestação de serviços de restauração e de bebidas com caráter não sedentário.
3. Na área envolvente ao recinto da Feira, num raio de 100 metros é proibido o exercício da atividade de comércio a retalho não sedentário exercida por vendedores ambulantes.

Artigo 14.º

Direitos e obrigações dos ocupantes

1. Constituem obrigações dos ocupantes:
 - a) ser portador nos locais de venda da licença emitida pelo Município;
 - b) registar no Município todos os colaboradores que o auxiliem na sua atividade;
 - c) cumprir com todos os requisitos estipulados no presente regulamento para a comercialização das aves.
2. O não cumprimento das normas estabelecidas no presente regulamento bem como as que subsidiariamente se lhes aplicam previstas no Código Regulamentar do Município do Porto constituem fundamento de cancelamento da licença atribuída.

Artigo 15.º

Suspensão da realização da Feira

1. A Feira suspende-se por ocasião dos festejos sanjoaninos.
2. A Feira pode ser suspensa, por determinação da Direção Geral de Alimentação e Veterinária.
3. O Município pode ainda, em qualquer altura, proceder à suspensão temporária, ou definitiva, da realização da Feira, por motivo de execução de obras, de realização de trabalhos de conservação de recinto ou demais razões de ordem pública.

4. A suspensão temporária da realização da Feira será comunicada aos ocupantes não sendo cobrada a taxa referente à ocupação no período de suspensão em causa.

Artigo 16.º

Aplicação subsidiária

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Regulamento e no Código Regulamentar do Município do Porto é aplicável a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Código de Procedimento Administrativo, o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro e demais legislação aplicável.

Artigo 17.º

Período transitório

1. Até ao final do ano de 2015, é permitido aos atuais ocupantes da Feira manter a ocupação em causa.
2. Os ocupantes da Feira referidos no número anterior do presente artigo ficam obrigados ao cumprimento das regras estabelecidas no presente regulamento relativas ao funcionamento da Feira e demais obrigações.
3. A atribuição de novos lugares será efetuada nos termos definidos no presente Regulamento.

Artigo 18.º

Norma revogatória

É revogado o Regulamento da Feira dos Passarinhos aprovado em reunião de Câmara Municipal de 22-10-2002, publicado no Boletim Municipal n.º 3492, de 21 de março de 2003.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte a sua publicação nos termos legais

Planta
(referida no artigo 4.º)

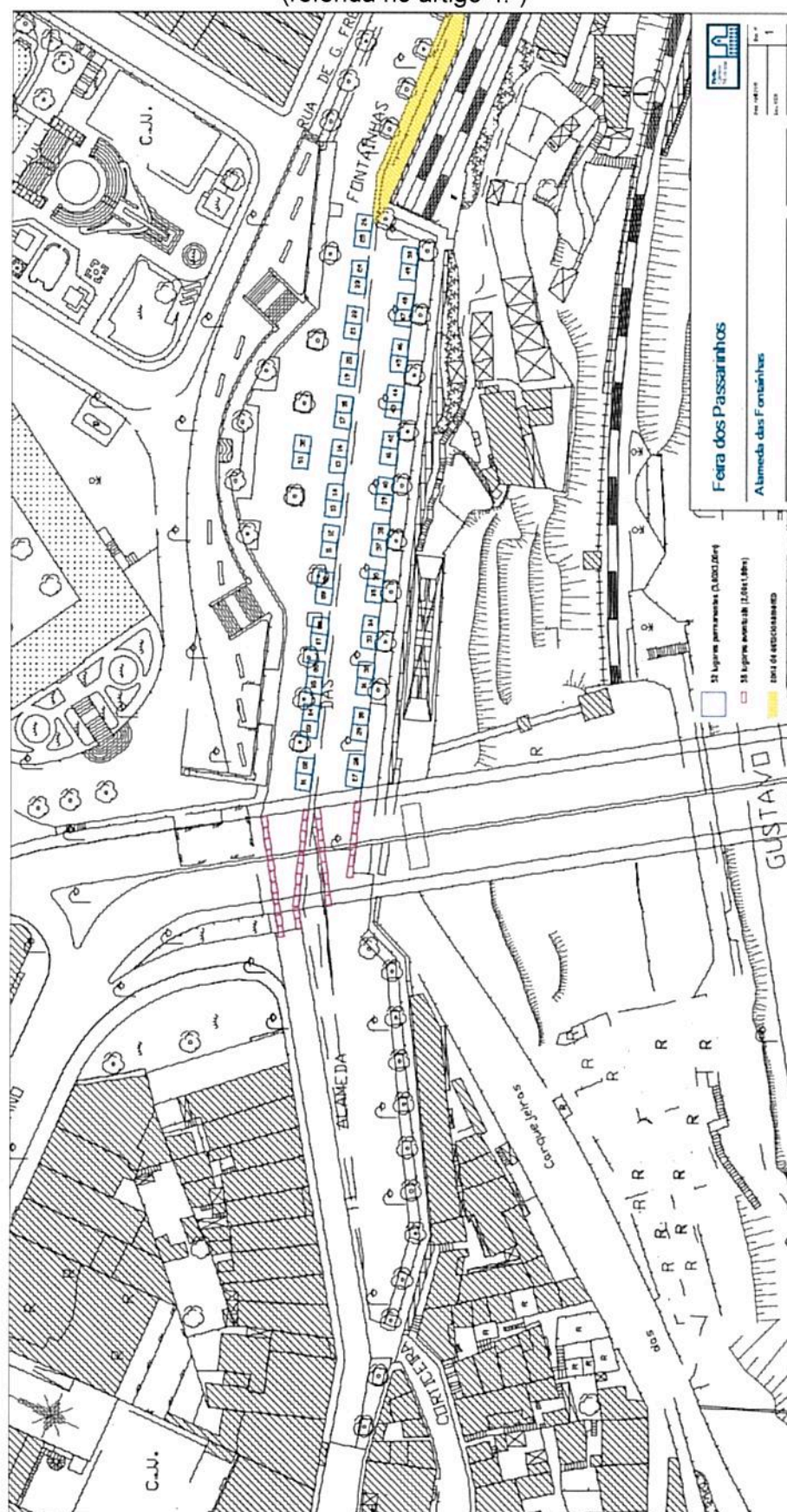


Tabela
(referida no n.º 12 do artigo 11.º)

| Comprimento da ave (1) | Dimensões mínimas (centímetros) | Volume por ave (centímetros cúbicos) | Poleiro por ave (centímetros) |
|---|--|--|-------------------------------------|
| Até 12 cm (pequenos exóticos) | Altura. 40 Largura 30 Comprimento (2) | 5000 | 8 |
| Até 14 cm (canários) | Altura. 40 Largura 30 Comprimento (2) | 6400 | 10 |
| Até 18 cm (periquitos, canários grandes) | Altura. 40 Largura 30 Comprimento (2) | 8000 | 12 |
| Até 20 cm (papagaios pequenos) | (3) | (3) | 16 |
| Até 25 cm (estorninhos e tordos exóticos) | Altura. 50 Largura 50 Comprimento (2) | 20000 | 20 |
| Até 25 cm (pombos) | (3) | (3) | 20 |
| Até 30 cm (grandes pássaros exóticos) | Altura. 50 Largura 50 Comprimento (2) | 25000 | 25 |
| Até 40 cm (papagaios cinzentos) | (3) | (3) | 30 |
| Mais de 40 cm (araras) | Altura. 150 Largura 60 Comprimento 100 (máx.2 aves) | 450000 | 50 |

(1) O comprimento é medido da cabeça à ponta da cauda. As espécies de animais só são mencionadas a título indicativo.

(2) O comprimento não é fixado. Ele depende do volume disponível e do número de pássaros detidos.

(3) Aplica-se o n.º 16, do artigo 11.º